

21 de outubro de 2026

À Comissão Eleitoral do Comitê Gestor da Internet no Brasil

Apresentando minha candidatura à cadeira da sociedade civil no Conselho do [CGL.br](https://cgl.br), apresento, em nome da Data Privacy Brasil e em alinhamento com a plataforma da Coalizão Direitos na Rede, as propostas abaixo para o potencial mandato.

Minha atuação acadêmica e profissional tem sido sempre em defesa do multissetorialismo, seguindo princípios de participação democrática, alinhamento aos Direitos Humanos e solidariedade a parceiros da sociedade civil, especialmente do Sul Global. Na Data Privacy Brasil, acreditamos que o diálogo construtivo e a transparência são bases para um trabalho coletivo, como se espera na governança digital. Assim, caso seja eleita, assumo com responsabilidade o compromisso de prestar contas e manter um diálogo constante com os parceiros da sociedade civil e demais setores durante o mandato.

Dentre as pautas que entendemos serem prioritárias para o mandato no Comitê Gestor da Internet, estão:

- Defesa da regulação em rede e multissetorial, estabelecendo mecanismos de governança para diferentes atores que atuam efetivamente nos campos regulatórios no Brasil. Isso se aplica especialmente aos seguintes tópicos:
 - Proteção de Dados Pessoais ([exemplo PNPD](#))
 - Governança de Dados ([exemplo GT de Governança de Dados da Comissão de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento da ONU](#))
 - Infraestrutura Pública Digital ([exemplo IPDs e combate às mudanças climáticas](#))
 - Inteligência Artificial ([exemplo contribuições ao projeto de lei 2338](#))
- Defesa de uma soberania digital comprometida com direitos fundamentais e participação social, em diálogo com o Sul Global e em cooperação com os diferentes setores, para



fomentar inovação e regulação responsáveis que diminuam dependências estrangeiras no campo tecnológico e digital.

- Defesa da compatibilização do direito ao acesso à informação, da governança de dados e da transparência ambiental, principalmente em contextos de infraestruturas como data centers, em prol do interesse público.
- Conexão de temas locais com a governança global, que aproxime espaços como o FIB, LACIGF e o IGF Global, gerando oportunidades de cooperação e fortalecimento político entre setores.
- Aproximação institucional do CGI.br com órgãos do governo brasileiro, que possibilite cooperação técnica, realização de consultas e eventos com especialistas, e maior diálogo e planejamento em ações governamentais relativas aos temas da governança digital, de acordo com as atribuições e o Decálogo do Comitê Gestor.

Sigo à disposição para eventuais esclarecimentos.

Respeitosamente,

Documento assinado digitalmente
gov.br JAQUELINE TREVISAN PIGATTO
Data: 22/10/2026 08:27:42-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

